

A pluralidade das pessoas psíquicas na escala transgeracional

*Maria Emilia Sousa Almeida**

Resumo

Na transmissão da vida psíquica na família, a pluralidade de pessoas psíquicas pode ser descrita como a subjetividade multipersonal. A subjetividade multipersonal da criança refere-se à formação de seu eu mediante sua interligação com parcelas do eu de pessoas significativas de sua família: seus avós, seu pai, sua mãe, seus irmãos. Relaciona-se aos vários aspectos dessas figuras com as quais ela se identifica, de modo a formar seu eu. A subjetividade multipersonal da criança pode ser compreendida, ainda, como a ubiquidade posicional do adulto. Esta assinala a presença do adulto em várias posições psicológicas, em sua família atual e no trabalho. Várias representações e afetos estão envolvidos nesse trauma ancestral ligado à ruptura de vínculos, bem como à identificação e à contraidentificação. O método utilizado em um caso clínico visa ilustrar tais ideias. Conceitos de diferentes pensadores têm permitido a pesquisadora pensar estas questões.

Palavras-chave: Representações; Afetos; Subjetividade multipersonal.

The plurality of psychic people in the transgenerational scale

Abstract

In the psychic life transmission within the family, the plurality of psychic people may be described as a multi-personal subjectivity. The child's multi-personal subjectivity refers to their self formation through the connection with self parts of significant people in the family: grandparents, parents, siblings. It relates to many aspects of these figures with which they are identified in order to form the self. The child's personal subjectivity may also be understood as the adult's positional ubiquity. It marks the adult's presence in several psychological positions in their current family and work. Several representations and affections are involved in this ancestral trauma associated to the bond rupture, as well as to the identification and counter-identification. The method used in a clinical case allows the illustration of these ideas. Concepts of some thinkers have led the researcher to reflect on these issues.

Keywords: Representations; Affections; Multi-personal subjectivity.

* Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP, Professora da Universidade de Taubaté. E-mail: maecalmeida@yahoo.com.br

1 Introdução

Na transmissão psíquica entre as gerações da família, a subjetividade multipersonal designa a formação do eu do sujeito mediante sua imbricação às parcelas do eu de pessoas significativas de sua família: seus avós, seu pai, sua mãe, seus irmãos. A subjetividade multipersonal da criança pode ser compreendida ainda como a ubiquidade posicional do adulto. Esta assinala a presença do sujeito em várias posições psicológicas. Todas permeiam a constituição do eu no âmbito ancestral. Quando criança, seu eu se identifica e confunde com o eu daqueles parentes. Ao formar nova família, deposita essas facetas de seu eu em seu consorte e em seus filhos. Vive uma fusão entre seu eu, os eus de sua família original e os eus de sua família atual. Nesta, ele pode ocupar posições contralaterais às de seus familiares. Assim, uma mulher pode posicionar-se como a mãe e a esposa do marido, a mãe e a esposa do filho do casal e, por fim, a mãe de dois meninos: seu marido e seu filho. Esse processo pode infiltrar-se em suas relações de trabalho. Neste, pode projetar no principal chefe a posição de pai insensível e duro, em certa chefe, a de mãezona, e em outra chefe, a posição de filha deles. Portanto, sua identidade é indiferenciada da deles.

A herança psíquica do sujeito faz-se presente mediante sua identificação com seus pais e destes, com os seus. Por meio dessa identificação sucessiva, ele introjeta aspectos psíquicos desses parentes e, assim, constitui seu eu.

Freud (1990) afirma que a pluralidade de pessoas psíquicas liga-se à identificação. No tocante à identificação na transmissão da vida psíquica entre as gerações, Eiguer (1997) aponta que, na identificação atributiva, o pai atribui ao filho uma vivência interior, um traço de sua pessoa, certa representação de seus objetos internos. Essa identificação com traumas de seus pais e de seus avós atua nos processos alienantes transgeracionais. Kaës (1998) considera que a identificação é o processo maior da transmissão psíquica.

Ao lado da identificação, propõe-se que pode ocorrer a contraidentificação do sujeito com seus genitores. Neste caso, ele se opõe às facetas odiadas de seus pais em sua infância, às quais atribui seu sofrimento. Contudo, essas facetas favorecem a realização de seu desejo em sua vida adulta. A identificação e a contraidentificação são processos de formação do eu. Permitem a transmissão da vida psíquica entre as gerações.

Em seu legado psíquico, certo sujeito pode se contraidentificar com o narcisismo primitivo e a autopreservação insensível de seu sádico pai. Desses traços paternos odiados derivaria seu padecimento. Certas representações

desses traços recebem um grande montante de ódio – sobreinvestimento –, enquanto outras recebem um aporte menor de ódio. Tende a sobreinvestir de ódio *ser abandonado* e *ser desamparado* e investir de ódio *ser desvalorizado* pelo pai. *Ser abandonado* e *ser desamparado* são representações de sobreinvestidas de ódio que caracterizam o trauma do absoluto¹. Tais representações e tal sobreinvestimento de ódio impedem a realização do desejo do adulto. As representações investidas de ódio também dificultam a efetivação de seu desejo. Em contrapartida ao sobreinvestimento e ao investimento de ódio, ele não investe de amor *ser autossustentado* e *ser autovalorizado*. Estas representações e este afeto – amor – garantem a potência de seu desejo na vida adulta. No trabalho analítico, *ser autossustentado* opõe-se a *ser abandonado* e a *ser desamparado* pelo outro e, ainda, *ser desvalorizado* pelo outro contrapõe-se a *ser autovalorizado*.

A subjetividade multipersonal e a ubiquidade posicional articulam-se com o sistema das representações do sujeito². A hipersensibilidade desse sistema às relações objetais iniciais faz com que o eu se represente e seja investido a partir das representações e afetos do outro. Em sua infância, seu investimento de amor, sua valorização e sua existência dependem do desejo de seus objetos primários. A heteronomia primordial de seu desejo significa que a lei do desejo parental sobrepõe-se ao seu desejo. Se os objetos primários o desvalorizam, ele introjeta essa desvalorização, autodesvaloriza-se e projeta sua valorização em certo objeto secundário idealizado. Quando cresce, ele deseja que seu amor, seu valor e, inclusive, sua existência advenham dos objetos idealizados. São eles objetos secundários privilegiados, dotados dos significados e afetos dos objetos primários. Então, seu desejo mescla-se aos desejos de seus objetos – ancestrais, primários e secundários – no nível das gerações, nas diversas épocas de sua vida e em setores de seu desejo – família, trabalho, por exemplo.

Essa hipoteca “perpétua” de seu eu ao outro propicia a incidência da dor psíquica, em sua vida adulta, nos pontos traumáticos de sua infância. Esse processo mescla-se ao discurso e às figuras-suporte do desejo da família. Em oposição à heteronomia do desejo, a autonomia do desejo baseia-se em um eu próprio e diferenciado de outros eus de sua família.

¹ Esta hipótese de trabalho da autora, a partir de seu doutorado, designa um trauma ancestral marcado por representações como abandonado, rejeitado para sempre, sem lugar no mundo, por exemplo. São sobreinvestidas por ódio. Essa proposta pode ser acompanhada em alguns artigos da autora, listados nas referências.

² Este termo de Herrmann (2003) adquire outra concepção na trama psíquica transgeracional estudada pela autora.

O sistema representacional do sujeito faz com que vivências em sua família originária sejam reeditadas na atual e, inclusive, em seu trabalho. Elas aparecem nos paradoxos parentais, que firmam desígnios contraditórios ao desejo do filho. Sendo assim, sua tessitura psíquica pode reunir paradoxos com seu pai, sua mãe e seu chefe. Este consiste em um objeto idealizado-persecutório. A idealização do objeto deve-se à perda do valor do sujeito, gerando nele vivências persecutórias. São fatores de fixação de seu sofrimento.

No sistema, os níveis de representabilidade remetem a três tipos de autorrepresentação. Há representações harmônicas com o desejo do sujeito – *amar-se, valorizar-se e reconhecer* seu valor; representações próximas ao desejo – *ser amado, ser valorizado e ser reconhecido* – e representações desarmônicas com o desejo – *ser indigno de amor, ser desvalorizado e não ser reconhecido*. As representações harmônicas com o desejo estão em um estágio mais precário de representabilidade do que as próximas a ele e em um nível ainda mais precário do que as desarmônicas com ele. Isso significa que as representações desarmônicas com o desejo são mais facilmente mobilizadas pela análise do que as próximas a ele, e ainda mais facilmente do que as harmônicas com ele. As dificuldades de representação fundam-se, pois, no ódio aos vínculos. O ódio desfavorece o trabalho representativo do sistema e favorece os estágios precários de representação. Com isso, as representações desarmônicas são mais acessíveis à consciência e mais restritivas das possibilidades de representação do sistema do que aquelas que valorizam o sujeito.

A subjetividade multipersonal e a ubiquidade posicional articulam-se à estruturação da família em torno de uma figura-baluarte. Esta sustenta o desejo da família e encarna seus traumas, seus valores e seus temas axiais. Esses temas-insígnias do eu compreendem: poder sobre si ou sobre o objeto; independência, interdependência ou dependência do eu quanto ao objeto; reconhecimento ou negação do desejo do sujeito e da existência de um gênero – masculino ou feminino. Desse modo, a figura-baluarte do desejo familiar impede a expressão do desejo individual e mantém o sofrimento atávico nos herdeiros.

O eu constitui-se ao redor de temas axiais da família de origem. Quando as pessoas crescem e formam pares, são atraídas com base neles. Porquanto há temas comuns às suas famílias – submissão à figura de poder e interdição do desejo individual; inversão do tema central de uma família em relação a outra –, relevância de um gênero em uma e sua irrelevância na outra; inversão do sexo do portador das insígnias em uma família com

relação a outra – homem como figura de poder em uma família e mulher em outra. Em suma, a atração entre os pares revela os temas encarnados pelas figuras-baluarte em suas famílias de origem.

A subjetividade multipersonal e a ubiquidade posicional imiscuem-se na malha da linguagem familiar. Elas se instituem por meio de sentidos entrecruzados em várias frases, das representações que designam o filho e de certas cenas catastróficas. Desse modo, certa frase aparentemente clara contém sentidos implícitos: “Você não presta nem para arrumar homem”. Uma frase incompleta – sem sujeito e sem objeto da ação – adiciona sentidos à primeira: “é não ser vista”. Outra frase coloquial de duplo sentido é perpassada por conteúdos inconscientes: “Quando eu engravidei do meu filho”. Seu significado – estar grávida do filho, e não do marido – soma-se ao significado de um ato falho – trocar o nome do marido pelo do filho. Além disso, certas representações podem ser atribuídas ao filho – *ser louco, ser descontrolado*. Em seu conjunto, constituem partes fragmentadas da linguagem da família. Sob análise, essas parcelas do discurso são confirmadas, ampliadas e esclarecidas por outras. Portanto, elas reproduzem seus conflitos e seus traumas. Formam as redes de sentidos que escamoteiam seus significados e enredam o sujeito. Em síntese, a riqueza e a dubiedade de sentidos de frases prosaicas merecem atenção na clínica.

O discurso familiar outorga parcelas do eu dos ascendentes aos descendentes e demarca decretos antiautonomia do desejo dos membros. Para perpetuar tais decretos, a formação de seu herdeiro envolve aglomerados do eu e vínculos que englobam o eu. Seu eu é constituído por aglomerados de parcelas do eu de pessoas significativas, de modo que seus vínculos com elas englobam seu eu. Eles demarcam seu domínio e subjugação por elementos das gerações anteriores. O domínio desse sujeito escamoteia, mas desvela a impotência, a submissão e o sofrimento de seus genitores – quando crianças – diante do domínio de seus pais. Tendo faltado a esses adultos, em duas gerações, seu reconhecimento como sujeitos, repassam essa falta a seu herdeiro. Então, os vínculos que englobam o eu pautam-se na indiferenciação eu-outro e na perda da singularidade de seu desejo. Nesse caso, o eu autêntico do sujeito é visto como contrário aos ditames da figura-baluarte do desejo familiar. Todavia, sua identificação com essa figura agressiva faz com que parcelas de seu desejo sejam investidas de ódio. Sua contraidentificação e seu ódio prendem-no a essa tessitura ao invés de livrá-lo dela. Por conseguinte, os membros

da família estão ligados por traumas, segredos, maldições, alianças, rivalidades e afetos desorganizadores do sistema das representações – como o ódio.

Eiguer (1997) afirma que o trauma transgeracional envia a algumas situações reconhecidas por três palavras-chave: o “não-dito” faz alusão a um segredo, à cripta, ao fantasma e à clivagem; o “mal-dito” evoca a maldição proferida por um avô, a palavra extraviada, mal-dita que não encontra um estatuto de palavra, mas que atua nos bastidores da psique; e o “excessivamente-dito” da genealogia, o ancestral excessivamente presente não deixa a repressão desempenhar seu papel organizador na psique e entrava a ação do sujeito.

Para o herdeiro ser ele mesmo, precisa sustentar seu desejo em si mesmo. Fundear-se em si significa ter um eu com alicerces profundos em seu desejo, seus interesses vitais e seu estilo de ser – ultrapassando sua fundação originária nos eus de seus familiares. Esse intrincado processo é descrito a seguir, por meio de um caso clínico.

2 A clínica da subjetividade multipersonal

Na trama familiar, a relação da paciente com seu pai foi conflitante. Ela é a mais velha dentre as irmãs. Era a mais independente, mas também a mais solitária entre elas. Qualifica-se como a “inexistente” – sem uma existência “viva” –, dada sua autonomia. A segunda filha era vista tão somente quando “doente”; a terceira era a “desaparecida” e a quarta era a “morta”.

Seu pai ditava a lei e a ordem, bem como os critérios do que era valorizado na família: ser homem, ter dinheiro e ter *status* social. Ele não atentava para o que as filhas sentiam e nenhuma teria sido especial para ele. Em sua infância ainda houve certa proximidade entre eles. Aos 6 anos, ele cortou sua proximidade afetiva e física com ela nas brincadeiras, pois “ela estava crescendo”. Sua questão é: quando se cresce, não é possível ser amada? Essa ruptura abrupta na ternura e na vivência lúdica com seu pai é o marco de sua inexistência. Ficou com muitas dúvidas sobre o motivo desse afastamento e culpou-se por isso. Quando elas se tornaram adolescentes, ele se distanciou ainda mais e encaminhou-as para serviços pesados e “masculinos”.

Seu pai teria sido um menino temperamental. Ele passava por períodos de sensatez – raros – e outros de explosão – comuns. Estes inspiravam nela o pavor de ele perder o controle e arrebentar sua mãe. Assim forma-se nela a tríade medo, ódio e certo amor por ele. A relação de seu pai com o pai dele, igualmente, foi eivada de sofrimento. Sua solidão e sua sensação de não ser vista

ligam-se a seu pai: não visto pelo pai dele (o avô). Este disse que ele não prestava nem para ter um filho homem. Ele cuidou do pai quando este estava prestes a morrer – clamando pelo segundo filho. Além disso, fez dele o detentor dos negócios.

Dentre as frases de seu pai havia: “Morro pelas minhas filhas” e “Daria meu sangue pelas minhas filhas”. Contudo, quando uma delas quase morreu, ele continuou dormindo enquanto as mulheres correram para socorrê-la. Tal como seu pai lhe dissera, ele dizia para a paciente: “Você não presta nem para arrumar homem”. Contudo, quando ela trazia um namorado, ele o desvalorizava. A partir disso, ela desejou muito ter um filho, para ter valor e para ser reconhecida por seu pai. Segundo seus ideais, o valor de uma pessoa subordina-se à condição de ser homem e ter um filho homem. No caso da mulher, cabia-lhe ter um filho ou “arrumar” um homem – inferior ao pai. Quando ela trabalhou e realizou certos sonhos, ele a invejou.

A paciente era a preferida de sua mãe. Ela era valorizada em detrimento de sua segunda irmã. Para sua mãe, ela era inteligente e madura, enquanto sua segunda irmã era burra. Esse privilégio na valorização materna gerou afastamento paterno, disputas com essa irmã e sua desvalorização por parte das demais. Suas três irmãs chamavam-na de *louca*. Sua mãe preconizava que essa vida deveria ser de sofrimento, para que em outra vida ela não sofresse. Ademais, ela devia se contentar com o que recebia e com o que era possível. Compartilhavam o ideal de sofrimento entre as mulheres da família.

Em seu primeiro casamento, a paciente e seu marido amavam-se. Não se sentia satisfeita com a potência sexual dele. Quando ele teve uma doença grave, ela cuidou dele. Salvadora das causas impossíveis, sacrificou-se por ele para ser vista e reconhecida por sua família. Não obstante, não se sentiu vista por ele. Eles se separaram.

Em seu segundo casamento, suas brigas com o marido giram em torno das brigas entre ele e o filho do casal. Em uma dessas brigas, ela bate nele, e sofre muito com isso, por causa do filho. Envolve as ideias de ela *estar em falta*, *ser imperfeita* e *ser fracassada* aos olhos de seu pai. Lembram-na das brigas entre seu pai e sua mãe, nas quais a ela restava *ser passiva*, *impotente*, *desesperada* e *apavorada*. Essas brigas evocam nela a ideia de uma disputa entre duas crianças, pois todos os homens seriam meninos. Elas a lembram, ainda, das brigas de seu pai com ela, nas quais ele se afastava por dias. Portanto, as brigas atuais entre eles revolvem um montante considerável de sofrimento da paciente, ligado às suas várias posições – em sua infância

e em sua vida adulta. Essas posições incluem: *ser a filha do pai/menino temperamental*, *ser a mãe* de dois meninos, *ser a protetora* do filho e *ser a esposa* do marido desamparado, infantil e agressivo. Ela o confunde com seu pai – autoritário e insensível com ela e agressivo/dominador com sua mãe. Nessa toada, posiciona seu filho sob o *status* variante do seu eu e posiciona-se como a mãe autoritária, que “castra” seu marido na função paterna. Todavia, ela e seu marido se amam.

Os critérios de valor de sua sogra – beleza, dinheiro, etiqueta e *status* – favorecem a rejeição e a exclusão da paciente. Esses critérios de valor de sua sogra reverberam naqueles de seu pai. Todavia, seu filho é um dos netos preferidos da sogra, que cuidou dele quando bebê. Quando ela perdeu uma filha, afeiçoou-se à filha de seu terceiro filho.

A paciente rivaliza com sua sogra, temendo ser substituída por ela. Um ato falho revela seu desejo de que ela tivesse morrido – não seu sogro. Sente-se sozinha. Não obstante, seu marido e seu filho ficam em torno dela. A despeito de amá-los, ela se sente invadida por eles e pela sogra. Seu sogro designou que seu filho mais velho, marido da paciente, cuidaria da mãe quando ele morresse. Esse filho é encarregado das responsabilidades e digno da confiança da mãe, que o usaria. Por sua vez, o segundo filho é convidado para as festas.

A paciente associa sua sogra a uma corda e uma cobra. A tal cobra ela daria veneno. Associa que um homem está dependurado em uma corda e Deus lhe diz: “Solta”. Ele não o faz e morre ali, por ter medo de morrer. Uma ponta da corda refere-se à sua relação com seu pai, marcada por dominação, opressão e sem qualquer possibilidade de aliança. Esta foi buscada na relação com sua mãe, simbolizada pela outra ponta da corda – que servia “para segurar”. Novas rupturas de vínculo demarcaram-se em seu sistema representacional, visto que sua mãe refazia a aliança com o marido após as brigas. Então seu abandono era acrescido da dor da injustiça, pois sua mãe obrigava-a a pedir desculpas ao seu pai. Assim, seu eu fragmentou-se, dado seu desejo desesperado de vínculo com seus pais e sua quebra abrupta e contínua.

Na família de seu marido, as propriedades e o dinheiro passam de uma pessoa para outra. Sua sogra dá-lhes um apartamento, reiterando que o fez. Logo, ela nunca se sentiu proprietária dele. Dentre suas conquistas, o dinheiro de uma antiga casa ajudou na compra da nova casa com o marido.

Culpa-se por falhar com seu filho, no qual projeta o desamparo da terceira irmã. Sua raiva contra si mesma

aparece sob a forma de autorrecreminações ligadas à culpa e ao seu ideal de ser uma mãe perfeita. Sente-se em dívida com o pai por seu ideal de que ela tivesse nascido homem. Sua conquista amorosa, seu marido atual, causa inveja em sua mãe e em sua segunda irmã. Reitera-se a dificuldade de parceria bem-sucedida entre homem e mulher nessa família. Confunde-se “eles” e “elas”.

Quando criança, seu desejo era ser a salvadora do universo/mãe na relação com seu pai-mundo imundo/injusto. Sua mãe protegia-a de seu pai e ela, por sua vez, desejava protegê-la dele. O pai destruiu uma estátua de santa pintada por sua mãe. Era a Pietá, que carregava Cristo crucificado nos braços: filho poderoso, fragilizado, que precisava ser cuidado. Aos seis anos, seu pai rasgou as revistas de sua mãe. Ela também ficou aos pedaços. Vê sua mãe como o “suporte” de seu pai, assim como ela foi o “suporte” de seu primeiro marido. Deseja proteger/amparar sua mãe protetora/desamparada. Ao fundir-se com ela, se desampara, desprotege e não reconhece seus limites. Revive ser impotente e ser onipotente diante dessa tarefa impossível e voltada ao fracasso. Sua família seria encruada, incapaz de estimular talentos. Ela contrapõe seu pai – cruel, injusto, sádico e ditador poderoso – a sua mãe – poderosa no talento. Este seria destruído pelo pai.

Seus paradoxos imbricam-se aos paradoxos de seus progenitores. O paradoxo paterno proclama seu poder destrutivo sobre as mulheres da família e sua falta de poder nos negócios – junto ao segundo irmão, nomeado pelo pai como detentor do poder. No trabalho, ela busca reconhecimento por parte da maior autoridade masculina – narcísica e incoerente em sua imagem profissional. Sua competência e seu profissionalismo a lesariam, pois ela não se sente reconhecida por ele. Seu paradoxo é: como ela concede direito e poder ao chefe, injusto ao exercer seu direito e sem mérito ao exercer poder?

O paradoxo materno apregoa o poder do marido – destrutivo de suas realizações mais caras –, reservando-lhe a melhor comida em detrimento das filhas. Para sua mãe, cumpria sofrer nessa vida para viver melhor em outra e enredar-se à dor das mulheres. Essas vivências geram nela uma desvalorização dupla: seu eu não tem mérito e seu valor não faz sentido. Patinaria na lama, pois patina no sofrimento das mulheres. A transição de sua falta de autorreconhecimento no plano do possível – calcado em suas reais características, realizações e méritos – esbarra no plano do *impossível* – *ser reconhecida* por seu pai e sua dependência desse aval *inatingível*. Seu miniparadoxo é: se ela inexistente, como se sente culpada?

Apesar de escolhida por três chefes, ela não se sente competente para assumir um cargo de chefia. Não reconhece seu mérito e a justiça da escolha. Sua autor-representação de *ser incompetente* associa-se ao *medo de morrer* e *de enlouquecer*. Sua ascensão profissional resvala para a vivência de queda. Remete a uma brincadeira com seu pai, em que ela e sua segunda irmã deveriam pular de uma escada. Sua irmã era mais competente nisso, ao passo que ela vivenciava uma queda em um abismo e o fim de sua existência. Ela se sentia desamparada e à mercê de forças maléficas poderosas. Queria “ter o poder de poder decidir”.

Sofre na relação com sua chefe, que fica sentada sem levantar os olhos quando vai falar com ela. As posições incluem *ser superior* em sua competência e sua inteligência, e *ser inferior* na hierarquia, na obediência e na dependência do outro; *estar fora* das regalias e *estar dentro* das obrigações; *estar à frente* de várias funções diferentes e *estar atrás* ao sentir-se perseguida. Trata-se de sua identificação com a segunda irmã, menos privilegiada, que retorna de forma persecutória: “Você vai sofrer o que eu sofri”. Sua chefe nem liga “se ela está viva ou morta, não a vê” – tal como seu pai não a via, nem viva nem morta. Sente-se a “louca” com sua chefe. Sua máxima lucidez nas percepções torna-a louca, como na família.

Alternam-se sessões em que ela está integrada e outras em que se desintegra. Ademais, a mesma sessão pode conter momentos de desintegração e integração.

Vive a ameaça de perder seu cargo de chefia. Em outro cargo, fez o jogo de louca com a chefe. Seu pai era louco de pedra e sua preservação narcísica tornava-o inatingível e insensível. A loucura dele era acobertada por sua genitora. Ao perder a aliança com sua mãe, sentiu-se perdida e louca: desautorização de seu eu e perda de sua razão. Sua contraidentificação maciça com seu pai gerou o desejo de ser o oposto dele. Assim, o filho é mais importante que ela e o marido. Com isso, ela não se investe de amor narcísico e não se posiciona em primeiro lugar. Preserva a posição de sofredora. Em meio a isso, sua razão permite uma leitura crítica das relações e do mundo. Esse uso inteligente e maduro de sua razão opõe-se a ser a louca da família. Assume sua existência, unindo razão, emoção, decisão e posições claras na vida.

Certa vez, está à beira da morte, em colapso. Diz: “quando eu cair” e “quando tudo desabar”. Várias vezes se refere à morte. Tal como seu pai, ela se tornou insensível e indiferente para com seu valor e sua existência. Na infância, seria 50% louca, 30% inexistente e 20% inteligente. No trabalho, ficou possessa. Certa colega,

com poucos méritos, é amada e privilegiada pela chefia. Seu olhar é vigilante e crítico, associado a ela cair, falhar e fracassar. Em meio a isso, diz “não sei” várias vezes, como proibição de realizar seu desejo. Todavia, busca desobstruir sua visão nublada pelos ideais parentais. Seu eu inteligente avalia de forma crítica as situações e vê a totalidade da experiência. Integra melhor sua razão, sua inteligência e sua compreensão da psique.

Ora ela se posiciona como analista compreensiva no trabalho: conquista pessoal relevante. Ora o autoritarismo e o mau humor de seu pai e de seu chefe suscitam o “onde eu errei?”, junto com culpa, submissão e desejo de agradá-los. Aí sua raiva e sua autocritica atingem dimensões impensáveis. Fica sem sentido: perda da orientação e do significado dessas vivências.

Certa feita, diz: “tudo cai na minha cabeça, desmorona, arrebenta, não vejo saída”. Ela vivencia posições ocupadas/não ocupadas: sente-se inexistente sendo existente; sente-se não vista sendo visível. Sente-se sobrecarregada ao dar conta de tarefas além das suas, mas incompetente para dar conta delas. Seu sofrimento é *sem fim, sem saída*. Na família, sentia-se sem razão, sem sentido e louca quanto mais tinha certeza do que percebia. “Não sei” – sem significado e sem rumo – deriva de suas dúvidas sobre a distância paterna. Seu sofrimento é *sem fim*. Sua expectativa de vínculo constante e consistente é seguida de sua ruptura na família. Sente-se infeliz e *sem saída* – como no trabalho. Anestesia-se contra sua dor.

3 Discussão do caso

A paciente está aprisionada em aglomerados do eu e em vínculos que englobam o eu. Seu eu é constituído por aglomerados de parcelas do eu de seus genitores e de suas irmãs, de modo que seus vínculos com eles “englobam” seu eu. Assim, seu eu não se diferencia de seus objetos. Em sua família, os membros não têm identidade nem existência própria. A morte de seus eus aparece sob uma espécie de graduação mortífera. Esta sobressai nas representações das filhas: *ser a inexistente, ser vista na doença, ser a desaparecida e ser a morta*. O objeto paterno mau prepondera em seu sistema representacional.

Metáfora desses vínculos destrutivos que aprisionam seu eu, a corda remete ao seu desejo de aliança com sua mãe – “para segurar” – logo rompida por ela. Significa, inclusive, seu desejo de ruptura entre seus pais e entre ela e sua sogra. O homem – dependurado na corda – está preso entre duas mortes: morre ao temer morrer. Parece associar-se às partes mortas de seu eu, pois ela não se ama, não se valoriza e não vê suas conquistas.

Em sua família, seu pai é o sustentáculo do poder masculino. Este é legitimado a expensas do poder feminino, no âmbito psíquico e biológico. Faltaram amor e ternura na relação com suas filhas. Além disso, ela introjetou que os critérios de valor de seu pai eram mais importantes do que os seus. Com isso, valoriza mais quem lhe dá menos valor. Logo, o amor, a valorização e o reconhecimento de suas conquistas devem vir do outro. Ademais, suas conquistas reais geraram distância afetiva e inveja em sua família. Seu pai sempre alçava seus ideais para além daqueles efetivamente atingidos por ela. Suas conquistas ainda se confrontam com os paradoxos de sua mãe. Assim, as duas estirpes de sua família dificultam a integração de seu valor. Nela, a existência, a visibilidade e o poder do homem articulam-se à geração de um filho homem, bem como à inexistência, à invisibilidade e ao vazio do poder da mulher.

Na família de seu marido, vigora o poder feminino, que atenua o poder masculino. Sua sogra – poderosa, autoritária e autocrática – detém a prerrogativa de outorgar um subpoder ao objeto de sua predileção – ao elegê-lo como tal e permitir-lhe o uso de seus bens materiais. Este poder revela-se na disputa familiar quanto a ser o favorito dentre seus filhos e seus netos. Além disso, a substituição claudicante dos eus está imbricada às mortes/perdas vividas por eles. Um membro vivo substitui outro morto: o marido da paciente “supre” a falta de seu pai, e uma neta é colocada pela sogra no lugar de sua filha morta. Desse modo, os membros da família do marido não têm identidade própria.

Dentre os aspectos repetidos nas famílias de origem e atual da paciente, seu pai e seu marido são os mais velhos dentre três irmãos. Ela também é a mais velha das irmãs. O segundo filho é o predileto de sua sogra e o segundo irmão de seu pai foi o preferido de seu avô. No tocante à sua sogra, o marido da paciente seria o mais rejeitado dos filhos e a paciente, a nora mais rejeitada.

No que tange a isso, Eiguer (1984) aponta a “interfantasmática” como o ponto de encontro dos fantasmas individuais que organizam os vínculos libidinais e narcísicos do casal. É um organizador psíquico da vida conjugal inconsciente.

Diversos elementos de seu discurso explicitam sua imersão nessa ancestralidade. Dentre eles, ressaltam-se: as frases dúbias, a ratificação de seu sentido inconsciente por meio de atos falhos, as metáforas sobre seu eu nos vínculos, a repetição de suas autorrepresentações, os estágios da representação, sua contraidentificação com seu pai, sua relação com o tempo e os paradoxos em sua família. Constituem o sistema representacional.

A dubiedade de suas frases envolve suas relações familiares contemporâneas. Em “quando eu engravidei do meu filho...”, ela posiciona seu filho como seu marido, destitui este da posição de seu cônjuge, bem como nega sua paternidade e sua potência sexual de gerar um filho. Essa posição é confirmada em um ato falho, quando ela troca seu filho por “meu mari...”. Todavia, ela não reclama da potência sexual do marido e a relação sexual entre eles é ótima. No entrelaçamento das pernas, ela se sente como no útero materno. Portanto, ela se posiciona como bebê, do mesmo modo que posiciona a si, seu marido e sua sogra como desprovidos de potência sexual para gerar um filho. Posteriormente, ela afirma: “Meu marido é filho de três filhos” e reitera: “Ele é filho de uma família de três filhos”. Suprime os pais de seu marido como agentes de sua geração. Ademais, ela diz: “meu marido é meio marido de sua mãe”. Então, ela tem meio marido, e não um marido inteiro. Talvez seja ela a meia esposa de seu marido, haja vista posicionar-se como a esposa do filho. A geração sexuada do filho por homem e mulher está comprometida, de modo que o império masculino na geração é afirmado, às vezes. O lócus e o valor do feminino na geração são escamoteados por ela. Os lugares psíquicos são ocupados e desocupados por ela.

Sua dor com sua sogra é assim referida: “é não ser vista, não ser reconhecida, é não lembrar do aniversário”. Sua expectativa quanto a ela “é ser valorizada”. Omite seu eu nessas frases impessoais. Nelas, seu “eu” não aparece como sujeito e, tampouco refere-se claramente ao seu desejo de ser vista e reconhecida pelo “outro”. Isso remete à sua inexistência, sua exclusão e à inexistência do outro. Trata-se da morte de seu eu – não amado por seu pai. Nesse *background*, ela afirma “*não poder* decidir acerca de uma situação”. No contexto, a forma clara e condizente com seu desejo seria: “*poder* decidir”. Portanto, nega seu desejo por meio do não. Outra frase sua é: “queria *poder ter o poder* de decidir o que fazer”. A concentração energético-afetiva dessas frases e suas variantes em uma sessão – *não poder* substituindo *poder* fazer algo e *ter o poder de poder* – revela a fixação de sua dinâmica psíquica. Adia sua possibilidade de ser/poder e seu desejo de poder ser o sujeito que decide sobre sua vida.

Sua fixação em torno de temas axiais de sua identidade – negação de sua existência, de seu valor e de seu poder como mulher, em virtude do poder destrutivo do homem – advém de sua família. Favorece sua atração e repulsa por sua sogra.

Cabe cotejar suas frases acerca de sua relação com os homens com aquelas de seu pai e seu avô paterno.

Este avô dissera para seu pai: “*you não presta nem para ter um filho-homem*”. “*you não presta nem para arrumar homem*” é uma frase de seu pai para ela, perpassada por uma série de significados inusitados. Ela rompe o sentido – ainda usual na nossa cultura – de que uma mulher presta se tiver um número reduzido de namorados e, ainda, oferece-lhe a permissão de liberdade sexual para ela “arrumar” mais de um homem. Contudo, seu valor como mulher está condicionado ao fato de ter um homem e é menor que o dele. E, ainda, o verbo “prestar” evoca ser útil e servir como instrumento para determinado fim. O homem já foi um mero instrumento para ela ter valor.

Dentre outras frases de seu pai havia: “morro pelas minhas filhas” e “daria meu sangue pelas minhas filhas”. Elas fazem ecoar ideias acerca da extrema doação de amor paterno, em uma tela psíquica de drama e sofrimento. O amor tinge-se, igualmente, de sacrifício e morte. Essas frases são contraditórias, pois ele não cuidava delas.

As metáforas aparecem na estória da corda, que embute seu desejo de vínculo, sua ruptura, sua avidez por ele e seu aprisionamento a ele. Rompido seu vínculo com seus pais por várias vezes, seu eu se fragmenta e há a morte dos vínculos. Contudo, a ruptura da corda coloca-a entre duas mortes, dado seu medo de romper o vínculo destrutivo e viver melhor. Cabe romper os vínculos aprisionadores do eu – para recompô-los sob a forma de vínculos inéditos.

Quanto à repetição das autorrepresentações há: *ser abandonada e ser desamparada* por seu pai e *ser resignada* diante dos ideais maternos. E, ainda, *ser devedora, ser fracassada e ser imperfeita* em relação aos ideais paternos; *ser passiva, ser impotente, ser desesperada e ser apavorada* diante do ódio paterno, *ser inexistente* para ele; *ser a sacrificada e ser a salvadora das causas impossíveis* para *ser valorizada* por ele; *ser a salvadora do universo/mãe* diante do mundo imundo/pai; *ser sem valor* por *ser mulher* e fazer do homem um instrumento para *ter valor*. *Ser solitária* ao *ser autônoma* em sua família de origem é retomado em *ser sozinha* em sua família atual. Ela sofre ao *ser excluída, ser dependente e ser submissa* aos critérios de valor de seus objetos e ao *ser vulnerável e ser impotente* diante da sogra. *Ser louca e sem razão* destituem-na da razão.

São representações do trauma do absoluto: *ser abandonada, ser desamparada, ser devedora, ser fracassada*; sofrimento *infundável* com seus pais; sofrimento *sem fim* no trabalho; e ficar *sem saída*. O lódio e o pavor ao vínculo com seu pai também o caracterizam. Porém, ela não almeja *ser invulnerável* aos seus objetos – típico desse trauma.

Quanto a *ser devedora* em relação aos ideais paternos, Boszorgomenyi-Nagy e Spark (2003) discutem o sistema de contabilização de méritos e dívidas, incluindo as dívidas filiais, presentes nas gerações da família.

Seus níveis de representação envolvem: *ser inexistente, não ser vista e não ser reconhecida* – autorrepresentações desarmônicas com seu desejo. Impera o vazio de representações próximas ao seu desejo – *ser amada, ser valorizada, ser reconhecida* – e de representações harmônicas com ele – *amar-se, valorizar-se e reconhecer* seu valor. Estas apresentam maior dificuldade de serem representadas do que as próximas a ele, e uma dificuldade ainda maior de representação do que as desarmônicas com ele. Esse vazio representacional funda-se em seu ódio e pavor aos vínculos. Sua identificação com seu pai impede-a de integrar as representações – *amar-se, ser competente, ter méritos e ter valor* – e os afetos – *amor e orgulho* – que impulsionam o desejo.

A ruptura abrupta do vínculo com seu pai é vivida por ela como *queda no abismo e morte*. Na cena da corda, o chão estava próximo, mas prevalecia sua sensação de *distância intangível, queda e morte*. As rupturas com seus pais produziram a falta de um vínculo confiável, consistente e firme na família.

Em oposição ao tempo consciente e cronológico, ela fica presa em um tempo reverso. Este se funda em forças destrutivas pretéritas e reflete em seu presente. Sua dor nas experiências ruins com seu pai adquire uma grandeza exponencial que anula suas atuais experiências boas consigo e com seus objetos. O tempo reverso concentra tal intensidade que altera o sistema representacional. Gera a influência especular entre as representações de seus pais e dela em espelho/eco com as designações de seus familiares em relação a ela. Essas representações surgem em sessões diferentes: *ser louca, ser insensível e ser anestesiada* para com seus êxitos parece sintonizar com *ser louco de pedra* – atribuído ao seu pai louco e insensível. E, ainda, o pai *de pedra* ecoa na *estátua* de sua mãe e em sua família *encruada*. *Patinar na lama* relaciona-se com *patinar* no sofrimento, com a casa *suja* de seus pais, com seu pai/mundo *imundo*. O tempo do sofrimento absoluto aparece em “sem fim” e ao paradoxo de ela ficar *sem saída* na vida.

No cerne dos paradoxos de sua família, jaz a delegação infinita de poder à figura masculina. Todavia, ela não reside substancialmente nesse homem. O pretenso portador do poder exerce-o de forma autoritária e destrutiva, destituindo os outros de seu desejo. Sua esposa atua como seu suporte.

A cisão de seu eu faz com que ela não introjete suas capacidades e realizações ao conceder o poder de seu reconhecimento à figura masculina – incapaz de reconhecê-la como sujeito. A elaboração da cisão entre seu eu infantil e seu eu adulto gera progressos e retrocessos em seu sistema representacional. Assim sendo, ela relata sua mudança abrupta do apartamento da sogra para sua casa como: “ficar sem chão”, “a casa caiu”, “não poder produzir” e “estar fora do ar”. Tal crise fundava-se em seu desamparo por seu pai e em seu desligamento de suas conquistas. Prenunciou a mudança do poder de seu pai e de sua sogra para seu poder – como mulher e como profissional. Inclui a passagem do poder masculino – autoritário e narcisista, que desvaloriza o objeto – para o poder feminino – segundo seu estilo. Esse tema nevrálgico retorna em “quando eu cair” e “quando tudo desabar” em outra sessão.

Faz a transição de seu eu morto – dependente da valorização *impossível* de seu pai *insensível* – para seu eu vivo –, capaz de se amar, se reconhecer e se valorizar. O mesmo foco traumático reúne seu *olhar vigilante e crítico*, *cair, falhar e fracassar* e sua *visão nublada* sobre suas capacidades e méritos. *Não poder produzir* contrapõe-se a *ser criativa* e *ser produtiva*. Ante as integrações e desintegrações do sistema, ela se autopreserva e realiza tarefas ao seu alcance. Ao *ser diferenciada* do objeto desamparado, supera *ser a salvadora* do universo/mãe e *ser a salvadora de causas impossíveis*. Obtém ganhos nos vínculos com o outro.

4 Considerações finais

A subjetividade multipersonal e a ubiquidade posicional são fenômenos potenciais na transmissão da vida psíquica entre as gerações. Parecem dever-se às rupturas abruptas e recorrentes dos vínculos com os genitores. Essas rupturas nos vínculos repercutem nas coordenadas – tempo e espaço – do sistema das representações do sujeito. Cria-se um lócus de sofrimento traumático e de ódio às conquistas do presente.

Assim sendo, a subjetividade multipersonal e a ubiquidade posicional sinalizam a ruptura do tempo linear e do espaço material, bem como a negação da realidade. A ruptura do tempo lógico-cronológico consciente é retratada mediante o depósito de partes do eu-criança do adulto em seu filho e de porções do eu de seus genitores em seu cônjuge. Certas representações do sujeito – “quando eu cair” – e suas representações do mundo – “quando tudo cair, desabar, desmoronar” – revelam a quebra da lógica e da materialidade espaciais. A ruptura da realidade consensual por sua realidade psíquica retrata as rupturas em seu eu.

Na paciente, as representações de seu eu e de seu mundo são resultantes de seu trauma. Não se trata do trauma do absoluto – que visa à ruptura dos vínculos –, ainda que algumas de suas representações e afetos apareçam na trama. Conquanto relevantes, não imperam em seu sistema representacional. Prevalecem seus vínculos afetivos com o outro, apesar de sofrer com ele.

Tais aspectos comprometidos de sua relação eu-mundo ligam-se ao sofrimento majoritário de seu eu junto à figura paterna-mundo. Desvela seu desejo de ocupar várias posições, com vistas a anestesiá-la sua dor e controlar seu eu e o do outro. Dá a conhecer a confusão de posições e a insuficiência das funções parentais de cuidado a ela.

Na ubiquidade posicional/ocupação de diversas posições em sua nova família, suas frases dúbias e confusas mesclam-se entre si, sendo que umas confirmam o sentido das outras. Outras frases incompletas contêm complementos inconscientes. Com isso, mantêm a fixação patológica de seu eu e seu aprisionamento à neurose prescrita por sua família. Essa prescrição demarca seu desejo: ruptura e morte parcial de vínculos, avidez por eles e subsequente ódio e pavor às ligações afetivas, bem como a fragmentação de seu eu nas relações primárias. Nas relações secundárias com seu cônjuge e filho, ela deposita os fragmentos de seu eu e ocupa várias posições eivadas de dor. Os fragmentos de seu eu revelam-se mediante autorrepresentações contrárias ao seu desejo, como *ser incompetente*; de atos falhos; de frases dúbias e de cenas catastróficas: com a escada e a corda. No trabalho, também projeta parcelas de seu eu. A subjetividade multipersonal e a ubiquidade posicional expõem os fragmentos de seu eu, o depósito de suas facetas em outros eus e sua dispersão neles.

Apesar desse caudal multifacetado ancestral, a paciente relativiza os aspectos ruins de suas experiências e atenta para os bons, bem como revê a transformação paradoxal do “melhor” – sua razão e sua inteligência – em “pior” – sua loucura e sua incapacidade crítica.

Sua análise testemunha a trajetória de avanços na representabilidade psíquica. Apesar dos recuos ligados às desorganizações do sistema, parte-se de estágios mais precários de representação para outros mais elaborados. No que se refere às representações, *ser inexistente* dá lugar a *ser existente*. Igualmente, os afetos mais rústicos tornam-se mais refinados posteriormente. Da elaboração do ódio e do pavor aos vínculos surgem *amor* e *apego* às relações boas. A mudança das representações e dos afetos atesta mudanças no sofrimento traumático da paciente.

Os aglomerados de seu eu na subjetividade multi-personal e os vínculos que englobam seu eu opõem-se à integração. Nesta, os aspectos coerentes com seu desejo são diferenciados entre si, investidos por amor e integrados ao seu eu. Para tanto, cabe a ela se “desidentificar” com as parcelas de outros eus projetados e fragmentados em si quando criança. Implica, ainda, elaborar o poder concedido às figuras-baluartes – pai e sogra – e aos objetos idealizados – chefes. Ela precisa, outrossim, reconstruir os elementos faltantes do vínculo: sustentação e legitimação do desejo em si; autoinvestimento narcísico; riqueza, criatividade, fecundidade e confiança nos vínculos, entre outros.

Os corolários da integração compreendem: desejo e ação junto com a consciência dos limites da realidade, das circunstâncias do presente e de suas consequências futuras. Esse *upgrade* psíquico inclui o trabalho com os impulsos em seus aspectos de risco e de segurança, de renovação e de tradição, para além da repressão. Eles passam a ser “naturais” e legítimos. A demanda de realizá-los é lúcida, com o concurso das várias vertentes do eu.

Na autonomia do desejo, o adulto reúne as parcelas de seu desejo e visa à sua satisfação no cotidiano. Então,

a originalidade e a legitimidade do desejo propiciam que ele possa ser ela – com suas possibilidades de ser. Implica vínculos diferenciados e construtivos com o outro. Enfim, as sínteses do diverso no eu promovem a permissão interna ao desejo, que se viabiliza no mundo das relações.

Referências bibliográficas

- Almeida, M. E. S. (2008). Herança transgeracional: a circularidade e a concentração do trauma. *Mudanças-Psicologia da Saúde*, 16(1), 51-61.
- Almeida, M. E. S. (2008). A força do legado transgeracional na família. *Psicologia: Teoria e Prática*, 10(2), 12-23. Recuperado em 20 de setembro de 2013, de <http://www.mackenzie.br/4774.html>.
- Boszorgomenyi-Nagy, I., & Spark, G. M. (2003). *Lealtades Invisíveis*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Eiguer, A. (1984). *La thérapie psychanalytique de couple*. Paris: Dunod.
- Eiguer, A. (1997). Transgénérationnel et temporalité. *Revue Française de Psychanalyse*, Paris, 61(5), 1855-1862.
- Freud, S. (1990). Extrato dos documentos dirigidos a Fliess. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. 1 pp. 251-384) (J. Salomão, trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1897).
- Herrmann, F. (2003). *A clínica psicanalítica: a arte da interpretação*. São Paulo: Brasiliense.
- Kaës, R. (1998). Os dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração. In Eiguer, A. *A transmissão do psiquismo entre gerações*. São Paulo: Unimarco.

Submetido em: 30-9-2013

Aceito em: 9-3-2015